



TÓPICOS SOBRE DADOS ABERTOS PARA EDITORES CIENTÍFICOS

Organizadores

Milton Shintaku
Luana Farias Sales
Michelli Costa

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORES CIENTÍFICOS
São Paulo
2020

© 2020 Associação Brasileira de Editores Científicos

Esta obra é licenciada sob uma licença Creative Commons - Atribuição CC BY 4.0, sendo permitida a reprodução parcial ou total, desde que mencionada a fonte.



Impresso no Brasil

Revisão Gramatical

Rafael Teixeira

Design Gráfico, Diagramação

Rafael Fernandez Gomes

Normalização

Ingrid Torres Schiessl

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Bibliotecária: Ingrid Schiessl CRB1/ 3084

T674 Tópicos sobre dados abertos para editores científicos / Milton Shintaku; Luana Sales e Michelli Costa (org.). -- Botucatu, SP: ABEC, 2020. --

240 p.

ISBN 978-85-93910-04-3

DOI: 10.21452/978-85-93910-04-3

1. Comunicação científica. 2. Ciência aberta. 3. Dados abertos. 4. Tecnologia da Informação. I. Shintaku, Milton (Org.). II. Sales, Luana (Org.). III. Costa, Michelli (Org.). IV. Título.

CDD 070.5

CDU 655.4



(14) 3815.5095

abec@abecbrasil.org.br

doi@abecbrasil.org.br

Rua Azaleia, 399 - Edifício 3 Office, 7º Andar, Sala 75 - Bairro Chácara Floresta
CEP 18.603-550, Botucatu, SP

Como citar:

SHINTAKU, M.; SALES, L. F; COSTA, M. (org). **Tópicos sobre dados abertos para editores científicos**. Botucatu, SP: ABEC, 2020. 240 p. DOI: 10.21452/978-85-93910-04-3.

Políticas de Ciência Aberta e a abertura dos dados de pesquisa

Michelli Costa

A Ciência Aberta é uma forma renovada de produzir, divulgar e usar conhecimento científico. Devido a sua ambição e complexidade, é comum categorizar suas diferentes iniciativas em vertentes. Um elemento que perpassa todas as dimensões dessa ciência são as políticas. Elas são estratégias e consistem em iniciativas para a promoção dos objetivos da Ciência Aberta. Além disso, são declaradas em documentos normativos de países e instituições que fomentam as discussões e as práticas da Ciência Aberta. Os documentos apresentam-se com relevância singular no cenário estratégico na medida em que estabelecem o interesse público e/ou institucional e regulamentam ou orientam a destinação de recursos e as formas de atuação.

As políticas não são apenas regulatórias dos processos que as envolvem, elas são representativas dos paradigmas e valores dos atores que conduzem tais processos em determinados contextos. Albornoz *et al.* (2018) salientam que o contexto no qual se inserem as discussões sobre a Ciência Aberta são marcados por desigualdade histórica e global nos processos de produção e distribuição do conhecimento científico. Os autores ainda ressaltam que as estruturas científicas desiguais “centralizam e privilegiam o conhecimento produzido por pesquisadores do sexo masculino anglo-americanos da América do Norte e Europa e compartilhado por meio de revistas acadêmicas internacionais”³. Com isso, evidencia-se que as políticas para a Ciência Aberta são representativas dos cenários em que estão inseridas e, portanto, não são neutras. Elas precisam ser analisadas e debatidas.

3 Tradução livre.

Para problematizar os elementos relacionados às políticas de promoção da Ciência Aberta, Albornoz *et al.* (2018) analisaram os elementos discursivos de 49 documentos publicados nos cinco continentes por diferentes tipos de instituições, tais como governo, organismos internacionais, associações científicas, universidades e editoras científicas. Os grupos editoriais presentes na análise foram a Elsevier e a *International Association of STM Publishing*. As políticas de ambas foram publicadas em 2017 e incluem orientações para a abertura dos dados vinculados às suas publicações.

Apesar da aparente receptividade de grandes grupos editoriais para os objetivos Ciência Aberta, Albornoz *et al.* (2018) sugerem que as discussões presentes nas políticas enfatizam as iniciativas de Ciência Aberta como forma de controle da qualidade da ciência, sem que os parâmetros da qualidade sejam questionados. A contradição evidenciada revela que os padrões são constituídos nos modelos tradicionais da ciência, que podem privilegiar grupos editoriais comerciais e/ou interesses regionais.

Os interesses regionais podem ser diversos e representar projetos políticos ou econômicos díspares. Ademais, traduzem as demandas locais e os entendimentos acerca dos objetivos e meios para realização da Ciência Aberta. O relatório publicado pela *Digital Curation Centre (DCC)* e *Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition (SPARC)* demonstrou a disparidade e as tendências na consolidação de políticas nacionais no continente europeu. O relatório teve como base o levantamento realizado pelo DCC e SPARC em 2016, e foi atualizado em 2018. No documento são indicados 23 países europeus que possuem políticas nacionais para a Ciência Aberta ou que pelo menos promovem iniciativas em âmbito nacional para a promoção da abertura dos dados de pesquisa. Cabe ressaltar que o estudo privilegiou a cobertura dos dados de pesquisa nas políticas analisadas, ou seja, todas as políticas de Ciência Aberta contemplavam os dados de pesquisa. Isso porque, ao tratar do tema, são acionadas outras estruturas científicas, como publicações, softwares e metodologias.

Segundo o relatório, as políticas nacionais para promoção da Ciência Aberta iniciaram-se no continente europeu em 2019 a partir da inclusão da temática no “Código de ética para pesquisa científica na Bélgica”, assinada pelo governo federal do país. Além de ter sido o primeiro documento desse governo na região a orientar sobre a abertura dos dados sua abordagem é singular. Nele é salientado que os dados de pesquisa devem estar livremente disponíveis para qualquer pessoa interessada, com o mínimo de restrições possível. A abertura dos dados é justificada pelos princípios científicos de transparência, colaboração e refutabilidade.

Em 2010 é publicada uma política de agência de fomento de pesquisa nacional que requer abertura das publicações resultantes dos projetos financiados, bem como os dados de pesquisa, os softwares utilizados e a metodologia. A partir de 2014 observa-se um elevado crescimento na elaboração de documentos dessa natureza, especialmente motivados pelas orientações do Programa Horizonte 2020. O programa, que é destinado à promoção da ciência na União Europeia, tem se mostrado forte promovedor das discussões e ações em torno das políticas para a Ciência Aberta. As políticas que surgem a partir daí, já com uma consciência mais amadurecida e homogeneizada dos valores e objetivos dessa ciência, podem ser classificadas em três categorias:

- Lei – firmada pelo governo nacional. Estabelece os direitos e indica as responsabilidades. Comumente, desdobra-se em planos nacionais (que devem incluir os procedimentos e as formas de monitoramento).
- Políticas de agências de fomento – promovidas pelos conselhos nacionais ou regionais de pesquisa, em alguns casos com universidades e agências privadas.
- Plano nacional – promovido pelo governo federal (ministérios). Estabelece condições e estratégias para abertura das informações. Vincula-se ao Programa H2020.

De modo geral, o relatório aponta dois resultados interessantes para considerar o contexto de emergência das políticas de Ciência Aberta no continente europeu. A primeira delas é a classificação acerca do tipo de política, que pode variar em função da sua força. Políticas classificadas como fortes deveriam ter caráter mandatário e apresentar formas de monitoramento, enquanto as classificadas como suaves apresentaram apenas recomendações. O segundo resultado diz respeito à influência do projeto europeu de financiamento da ciência como um dos principais estímulos para as discussões no continente.

Outra força impulsionadora de políticas nacionais para a Ciência Aberta tem se constituído no âmbito da *Open Government Partnership* (OGP) e extrapola os limites da Europa. A OGP é uma articulação internacional, fundada em 2011 por oito países e atualmente conta com a participação de 79. Seu objetivo é promover nas práticas governamentais a democratização no acesso à informação, ampliar a participação social, estimular a governança e responsabilidade pública, além de tecnologias e inovações para a abertura e governança (OGP, 2016). A atuação da OGP nesses países operacionaliza-se por meio de

um plano nacional que é executado a partir de compromissos firmados entre o governo e a sociedade civil.

Dos quase 4 mil compromissos disponíveis na ferramenta OGP Explore, Costa e Braga (2019) analisaram sete que abordaram com prevalência a temática da Ciência Aberta. Todos os compromissos selecionados tratavam de algum nível dessa ciência, entretanto as dimensões contempladas, a abrangência das ações propostas e dos resultados obtidos foram ímpares⁴.

O mais abrangente deles foi o compromisso firmado pelos Estados Unidos e executado entre 2015 e 2017. No período, a agência governamental responsável pela ciência e tecnologia do país se articulou para que todas as agências federais que investissem mais de 100 milhões de dólares por ano em pesquisa implantassem programas para tornar acessíveis e reutilizáveis as publicações e os dados resultantes de pesquisa.

Ainda com uma perspectiva ampla das dimensões da Ciência Aberta, identificaram-se os compromissos firmados pelo Canadá e pela França em 2018, com previsão de encerramento em 2020. De forma geral, ambos se comprometem a maximizar o acesso às informações e aos dados oriundos de pesquisa científica financiada pelo poder público. Adicionalmente, declaram o interesse em criar mecanismos de participação cidadã na ciência.

Os outros países, autores dos documentos localizados, apresentaram uma noção mais restrita da Ciência Aberta. São eles: Albânia, Gana, República Eslovaca e Romênia. A restrição é marcada pela limitação das ações relacionadas às publicações científicas e, em alguns casos, de maneira superficial aos dados. Ademais, salienta-se que não foi possível localizar os resultados das articulações nacionais providas pelos quatro países.

De maneira geral, aponta-se que os sete compromissos identificados propuseram ações nacionais para o desenvolvimento de, pelo menos, uma categoria da Ciência Aberta. As categorias mais representativas desse conjunto foram aquelas relacionadas à promoção do acesso aberto às publicações científicas e abertura dos dados de pesquisa. Outras dimensões, não menos relevantes

4 Os resultados completos do levantamento foram descritos no Relatório do Panorama Preliminar do Desenvolvimento da Ciência Aberta, disponível em: <https://wiki.rnp.br/pages/viewpage.action?pageId=108957259>.

para os objetivos da Ciência Aberta, como a Ciência Cidadã e a avaliação aberta, se mostraram menos expressivas no grupo analisado.

Mais que frentes de atuação diferentes, as categorias representam correntes filosóficas diversas. As diferenças podem ser oriundas das regiões geográficas, dos interesses envolvidos ou do ponto de maturação das discussões colocadas. No entanto, Albornoz *et al.* (2018) chamam a atenção para o fato de que a limitação da discussão em torno das publicações e dados de pesquisa podem ser prejudiciais aos objetivos da Ciência Aberta. Isso porque sua proposta original é modificar as estruturas científicas, o que requer a participação de diversos elementos e atores.

1. APONTAMENTOS PARA REFLEXÃO ACERCA DAS POLÍTICAS DE CIÊNCIA ABERTA

A análise dos diferentes contextos de emergência das discussões e iniciativas para a promoção da Ciência Aberta, bem como a conscientização dos seus elementos discursivos, nos apontam cinco lições para reflexão.

Primeiro, a Ciência Aberta é um projeto de reestruturação da ciência em andamento. Não nos cabe escolher sermos atingidos ou não pelas propostas dessa ciência, pois elas já estão em curso. Tais propostas representam um projeto no campo acadêmico e na relação do setor com a sociedade, setor produtivo e governo. Ainda não está definido se as mudanças serão reformistas ou revolucionárias, mas certamente gerarão impactos nas estruturas científicas. Portanto, nos cabe decidir qual papel assumiremos nesse processo e como influenciaremos nas propostas em construção.

Segundo, a Política Nacional de Ciência Aberta é um marco importante da soberania nacional que se desdobra na ciência, tecnologia e demais interesses sociais. No entanto, para se apresentar como um forte instrumento de promoção da Ciência Aberta, essa política deve ter caráter mandatório, estabelecer responsabilidades e prever formas de monitoramento.

Terceiro, a Política Nacional de Ciência Aberta deve estabelecer garantias acerca da infraestrutura. No entanto, a proposta de infraestrutura deve estar adequada ao contexto em que se insere e não apenas aos padrões internacionais, que por vezes refletem interesses antagônicos ao da ciência em questão. Tais

condições são necessárias para colocar os pesquisadores brasileiros em condições de colaboração internacional e não de dependência, provendo assim condições para superar, ao menos em partes, os desenhos desiguais e injustos da geografia da ciência.

Quarto, o Brasil tem especificidades e potencialidades para influenciar no projeto de Ciência Aberta em curso. Assim como aconteceu – e tem acontecido – com as propostas de acesso aberto às publicações científicas, o Brasil tem potencial para assumir protagonismo e delinear nossas próprias formas de atuação efetivamente coerentes com os objetivos da Ciência Aberta.

Quinto, as discussões acerca da abertura dos dados de pesquisa têm se mostrado como um marco relevante da ampliação e do amadurecimento dos projetos de Ciência Aberta. Sua relevância é estabelecida a partir da sua articulação em uma rede complexa de elementos e atores, especialmente as instituições produtoras de conhecimento científico, as agências de fomento e os editores.

2. REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, D. *et al.* Framing Power: tracing key discourses in open science policies. *In: ELPUB 2018. Anais [...]*. Toronto: Elpub, 2018. Disponível em: <https://elpub.episciences.org/4612/pdf>. Acesso em: jan. 2020.

COSTA, M.; BRAGA, T. Compromissos para a promoção da Ciência Aberta no âmbito da Parceria para Governo Aberto. *In: IX ENCONTRO IBÉRICO EDICIC, 9., 2019. Anais [...]*. Barcelona: EDICIC, 2019. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/38819/>. Acesso em: 22 jan. 2020.

DIGITAL CURATION CENTER (DCC); SCHOLARLY PUBLISHING AND ACADEMIC RESOURCES COALITION (SPARC). **An analysis of open data and open science policies in Europe**. Reino Unido: DCC; SPARC 2018. [Relatório]. Disponível em: <https://sparceurope.org/new-sparc-europe-report-analyses-open-data-open-science-policies-europe/>. Acesso em: jan. 2020.

OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP (OGP). **3º Plano de Ação Nacional do Brasil**. 2016. Disponível em: https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2001/01/Brazil_Plano-de-Acao-3_2016-2018.pdf. Acesso em: 22 jan. 2020.

3. SOBRE OS AUTORES



Micheli Costa

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5676915146365703>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4789-7623>

Doutora e mestre em Ciência da Informação e bacharel em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Ciência da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: Ciência Aberta, dados de pesquisa, acesso aberto, bibliotecas digitais, bibliotecas populares e bibliotecas prisionais. É coordenadora de extensão e professora da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

4. COMO CITAR

COSTA, M. Políticas de Ciência Aberta e a abertura dos dados de pesquisa. *In*: SHINTAKU, M.; SALES, L. F.; COSTA, M. (org). **Tópicos sobre dados abertos para editores científicos**. Botucatu, SP: ABEC, 2020. p. 23-29. DOI: 10.21452/978-85-93910-04-3.cap2.